



SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP,RL
ROGÉRIO FERNANDES FERREIRA
& ASSOCIADOS



Nº8/18

NEWSLETTER

A NOVATRIBUTAÇÃO DA ECONOMIA
DIGITAL NA UNIÃO EUROPEIA

This Information is intended for general distribution to clients and colleagues and the information contained herein is provided as a general and abstract overview. It should not be used as a basis on which to make decisions and professional legal advice should be sought for specific cases. The contents of this Information may not be reproduced, in whole or in part, without the express consent of the author. If you should require further information on this topic, please contact contact@rfflawyers.com.

*

This Information is sent in compliance with articles 22 and 23 of Decree-Law no. 7/2004, of 7 January, regarding unsolicited e-mails. If you wish to be removed from our mailing list and avoid similar future communications, please send an email with "Remove" to the email address newsletter@rffadvogados.com.

Legal 500 – Band 1 Tax "Portuguese Law Firm" and Band 1 Tax "RFF Leading Individual" 2013/2014/2015/2016

Chambers & Partners – Band 1 "RFF Leading Individual" 2013/2014/2015/2016

International Tax Review – "Best European Newcomer" (shortlisted) 2013 / "Tax Firm of the Year" (shortlisted) 2014/ "Tax Controversy Leaders" 2014/2015 / "Indirect Tax Leaders 2015" / "Women in Tax Leaders Guide 2015" / "European Best Newcomer" 2016/ "Portugal Tax Firm of the Year" (shortlisted) 2017/"European tax Disputes of the Year" (shortlisted) 2017/ "European Indirect Tax Firm of the Year" (shortlisted) 2017

Best Lawyers – "RFF Tax Lawyer of the Year" 2014 / "Recommended Lawyers" 2015/2016

Who's Who Legal – "RFF Corporate Tax Adviser of the Year" 2013/2015 / "Corporate Tax – Controversy" 2016 / "Corporate Tax section of WWL - Thought Leaders" 2017

IBFD – Tax Correspondent Angola, Mozambique and East-Timor 2013/2014/2015/2016

SUMÁRIO

A Comissão Europeia publicou no dia 21 de Março de 2018 duas Propostas de Directiva sobre a tributação da economia digital.

As propostas surgem após a publicação do relatório interino da OCDE a respeito dos desafios apresentados pela economia digital no âmbito da tributação.



www.rfflawyers.com
Praça Marquês de Pombal, 16 – 5th (Reception)/6th
1250-163 Lisboa • Portugal
T: +351 215 915 220 • F: +351 215 915 244
contact@rfflawyers.com



INTRODUÇÃO

A Comissão Europeia apresentou no passado dia 21 de Março um pacote legislativo (mais especificamente duas propostas de Directiva) que procura responder às dificuldades identificadas na legislação fiscal em vigor, a qual se afigura manifestamente ultrapassada face às particularidades da economia digital.

Pese embora a Comissão Europeia venha colaborando de perto com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (“OCDE”), que se assume como “fórum preferencial” relativamente às alterações respeitantes à “Economia Digital” com impacte global, alcançar um consenso entre todos os intervenientes no processo é particularmente difícil.

De facto, e de acordo com o teor do Comunicado de imprensa veiculado pela Comissão Europeia aquando da publicação das duas Propostas, as empresas digitais europeias encontram-se actualmente sujeitas a uma taxa de tributação efetiva média que corresponde, *grosso modo*, a metade da taxa de tributação efetiva aplicável às empresas que integram a designada economia tradicional.

O NOVO “ESTABELECIMENTO ESTÁVEL DIGITAL”

A proposta, que é perspectivada pela Comissão Europeia como uma solução a longo prazo, procura modificar a noção de Estabelecimento Estável na União Europeia.

As novas regras a transpor pelos Estados-Membros pretendem garantir a tributação dos referidos lucros auferidos nos respectivos territórios, ainda que as empresas não possuam, nesses mesmos territórios, uma presença física.

Para tal, a Comissão Europeia pretende a implementação de novas regras que permitam determinar o que deva entender-se por “presença digital” (*significant digital presence – SDP*) e, bem assim, incorporar novas regras de imputação de lucros na legislação doméstica, assim como nas convenções de dupla-tributação celebradas pelos Estados-Membros.

Neste sentido, a Comissão Europeia considera existir uma presença digital significativa sempre que se verifique alguma das seguintes circunstâncias:

- (i) ultrapasse o limiar de 7 milhões de Euros de receitas anuais em determinado Estado-Membro;
- (ii) durante um determinado exercício fiscal ter um número de utilizadores superior a 100.000 em determinado Estado-Membro; ou
- (iii) durante um determinado exercício fiscal ter celebrado mais de 3.000 contratos comerciais respeitantes a serviços digitais com utilizadores empresariais.

A Comissão Europeia considera, igualmente, que esta proposta poderá, futuramente, ser incorporada na legislação a elaborar em sede da Matéria Colectável Comum Consolidada do Imposto sobre as Sociedades (“*Common Consolidated Corporate Tax base – CCCTB*”).

O NOVO “DIGITAL SERVICES TAX”

A segunda proposta, entendida pela Comissão Europeia como uma medida provisória, visa a criação de um imposto incidente sobre determinadas receitas provenientes de actividades digitais.

Segundo o Memorandum explicativo anexo à proposta de Directiva, a Comissão Europeia, através da criação deste imposto, procura responder a apelos de diversos Estados-Membros e procura garantir receita fiscal decorrente de actividades que, actualmente não a geram.

Ademais, com a criação de um imposto ao nível europeu, pretende evitar-se medidas unilaterais por parte dos Estados-Membros.

O novo *Digital Service Tax* (“DST”) corresponderá a uma taxa de 3%, incidente sobre as receitas provenientes de determinadas actividades digitais, sendo que apenas as empresas com receitas mundiais anuais que ascendam a 750 milhões de Euros e cujas receitas provenientes da União Europeia ascendam a 50 milhões de Euros serão consideradas sujeitos passivos.

Os serviços digitais que se encontrarão sujeitos à tributação em sede de DST serão determinados atendendo a modelos de negócio em que os utilizadores desempenhem um papel fundamental na criação de valor, tais como:

- (i) venda de espaços publicitários em plataformas digitais

orientados para os utilizadores;

- (ii) actividades digitais que permitam aos seus utilizadores interagirem, facilitando também a venda de bens e prestação de serviços entre estes; e
- (iii) transmissão de dados recolhidos a partir das informações e actividades prosseguidas pelos utilizadores.

A competência para tributar encontrar-se-á na esfera dos Estados-Membros no qual se localizam os utilizadores das referidas plataformas.

O referido projecto de Directiva não contempla a tributação da prestação de serviços de informática ou, ainda, a actividade de retalho *online*.

COMENTÁRIO FINAL

Sendo necessária unanimidade aquando da aprovação de ambas as propostas de Directiva, antevemos que o processo legislativo se afigurará moroso.

De facto, se aprovadas tal como propostas, as alterações em análise

representarão uma realocação da receita fiscal e do poder tributário dos Estados-Membros, nomeadamente em relação aos países onde se encontram hoje em dia sediadas relevantes empresas multinacionais digitais para Estados-Membros com mais utilizadores.

No que respeita à *SDP*, importa também referir que a respectiva aplicação a países terceiros surge com uma recomendação da Comissão Europeia no sentido da introdução das seguintes alterações nas relevantes convenções para evitar a dupla-tributação celebradas pelos Estados-Membros das seguintes alterações:

- (i) alteração do conceito de Estabelecimento Estável, por forma a que a mesma contemple os casos em que as empresas tenham uma presença digital significativa em determinado país/jurisdição;
- (ii) inclusão de provisões quanto à atribuição de lucros a uma presença digital significativa, condizente com as propostas da Comissão Europeia.



No que concerne ao *DST*, e de acordo com as estimativas publicadas pela Comissão Europeia, as receitas geradas pela aplicação da nova taxa de 3% ascenderão a cerca de 5 mil milhões de Euros.

Lisboa, 4 de Abril de 2018

Rogério M. Fernandes Ferreira
Marta Machado de Almeida
Catarina Almeida Andrade